



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 3

maio-jun.2025

p. 243-253

Ensino e gênero: a produção de sentidos no discurso contra a linguagem não-binária

(Teaching and gender: the production of meanings in the discourse against non-binary language)

(Enseñanza y género: la producción de significados en el discurso contra el lenguaje no binario)

Lucas Alves Selhorst¹

RESUMO: Neste trabalho, nos propomos a analisar como se dá a produção de sentidos no discurso sobre a linguagem não-binária, buscando compreender quais posições sustentam o discurso *contra* essa linguagem. Para isso, temos como base teórico-metodológica a análise do discurso materialista. Interessados em dar uma contribuição a essa discussão que se destaca atualmente no que se refere à questão da normatização da língua, selecionamos um vídeo do YouTube no qual uma professora de Português fala sobre a linguagem não-binária. Em nossas análises, pudemos perceber a forma como a enunciativa desloca a discussão para um domínio da moral e da saúde, inclusive criando uma falsa oposição entre as pessoas não-binárias e outros grupos, como pessoas surdas, cegas e disléxicas, o que nos faz considerar que embora ela fale enquanto enunciativa de um determinado lugar social localizado no interior do aparelho ideológico educativo, ela ocupa uma posição-sujeito que não é a de especialista no assunto, ou seja, não seguindo o funcionamento pelo qual o discurso de escrita precisa seguir para se legitimar, forjam-se sujeito e sentido a partir de um funcionamento da mediação, da validação pela circulação, da polêmica e do esvaziamento do debate.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Gênero; Linguagem não-binária; Análise do Discurso.

Abstract: In this work, we aim to analyze how meaning production occurs in the discourse about non-binary language, seeking to understand which positions support discourse against this language. For this, we have as a theoretical-methodological basis the analysis of materialist discourse. Interested in contributing to this discussion that currently stands out regarding the standardization of language, we selected a YouTube video in which a Portuguese teacher talks about non-binary language. In our analysis, we were able to perceive how the enunciator shifts the discussion to a domain of morality and health, even creating a false opposition between non-binary individuals and other groups, such as deaf, blind, and dyslexic people, which leads us to consider that although she speaks as an enunciator from a certain social position located within the educational ideological apparatus, she occupies a subject position that is not that of an expert on the subject, meaning not following the functioning by which written discourse needs to adhere to legitimize itself, subjects and meaning are forged from a functioning of mediatization, validation through circulation, polemic, and the emptying of debate.

Keywords: Teaching; Gender; Non-binary language; Discourse Analysis.

Resumen: En este trabajo, nos proponemos analizar cómo se produce el sentido en el discurso sobre el lenguaje no binario, buscando comprender qué posiciones sostienen el discurso en contra de este lenguaje. Para ello, tenemos como base teórico-metodológica el análisis del discurso materialista. Interesados en contribuir a esta discusión que destaca actualmente en lo que respecta a la normativización del lenguaje, seleccionamos un video de YouTube en el cual una profesora de portugués habla sobre el lenguaje no binario. En nuestro análisis, pudimos percibir cómo la enunciativa desplaza la discusión hacia un dominio de la moral y la salud, incluso creando una falsa oposición entre las personas no binarias y otros grupos, como personas sordas, ciegas y disléxicas, lo que nos lleva a considerar que aunque ella habla como enunciativa desde una cierta posición social ubicada dentro del aparato ideológico educativo, ocupa una posición de sujeto que no es la de especialista en el tema, es decir, no siguiendo el funcionamiento por el cual el discurso escrito necesita seguir para legitimarse, los sujetos y el sentido se forjan a partir de un funcionamiento de mediación, validación a través de la circulación, polémica y vaciamiento del debate.

Palabras clave: Enseñanza; Género; Lenguaje no binario; Análisis del discurso.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), na linha Texto e Discurso, com bolsa Capes/Prosuc. E-mail: lucasselh@hotmail.com



1 Considerações iniciais

A escola ocupa um lugar central das discussões que envolvem a chamada ideologia de gênero, tanto pelas divisões que ela impõe, como de banheiros, brincadeiras e representações, quanto por questões mais estritamente curriculares. Como explica Junqueira (2017, p. 44), “propostas educacionais inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e garantir o caráter público e cidadão da formação escolar [...]” tendem a ser descritas por integrantes de movimentos “antigênero” como sendo doutrinação, ameaça à liberdade religiosa, à consciência etc.

No âmbito dessas discussões, está a questão da linguagem não-binária, também chamada de linguagem neutra. Essa linguagem, que pode ter diversos funcionamentos, como substituir o “a” e o “o” por um “e”, por exemplo em todos/todas que viraria *todes*, e o sistema de pronomes elu/delu (para além da forma binária ela/dela e ele/dele)², é concebida para incluir pessoas não-binárias, ou seja, pessoas que não se identificam nem com o gênero feminino nem com o gênero masculino. Assim, a linguagem não-binária é fortemente criticada pelos movimentos citados por Junqueira (2017), por reconhecer na/pela linguagem identidades que os grupos citados negam, e que são negados pela própria norma culta da língua portuguesa, que é binária, e que esses grupos passam, então, a defender fortemente.

Considerando que essa é uma questão atual, complexa, que envolve diversas outras questões (políticas, morais, religiosas etc.) e que se destaca no que se refere à normatização (do ensino) da(s) língua(s), temos o objetivo, neste trabalho, de analisar como se dá a produção de sentidos no discurso sobre a linguagem não-binária, buscando compreender quais posições sustentam o discurso *contra* essa linguagem na relação com a educação. Nossa base teórico-metodológica é a análise do discurso materialista.

2 A linguagem não-binária na imbricação das redes

Para esta análise, selecionamos um vídeo do canal do YouTube *Notícias RedeTV*. Vamos olhar (“apenas”) para esse vídeo, primeiramente pela impossibilidade de analisar a grande quantidade de conteúdo disponível sobre o tema, mas também por percebermos que nele há a presença de diferentes enunciados que encontramos como uma regularidade nas discussões sobre o assunto. Além disso, nossa escolha tem relação com a presença de uma enunciativa que se

2 Embora existam outras formas pronominais não-binárias, como *ilu* e *el*, Lau (2017, p. 2) diz que a mais comum que pessoas não-binárias utilizam para se referirem em língua portuguesa “é o ‘elu’”, por um ato político para mostrar que o pronome considerado “neutro” (leia-se “eles”) em nossa sociedade exclui as pessoas não-binárias, já que *elus* não se veem como homens nem como mulheres, portanto, não faz sentido para estes a utilização do “neutro ‘eles’ [...]”.



propõe falar do lugar de professora. Evidentemente, por um único vídeo não podemos tomar a totalidade daquilo que se fala acerca da linguagem não-binária, pois não é esse o nosso objetivo.

Da mesma forma, não é nosso objetivo fazer quaisquer julgamentos sobre as pessoas que aparecem no material analisado, até por que, na análise do discurso, olhamos para o sujeito do discurso³, ou seja, para o sujeito que se constitui junto ao sentido, discursivamente, na relação com a história, com a ideologia, e não para um sujeito “encarnado”, “individualizado” na forma de uma pessoa, de um nome, ou de um documento. Como bem explica Orlandi (2013, p. 95), “o sentido é história. O sujeito do discurso se faz [...] pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa”.

O vídeo que escolhemos é um recorte de um programa chamado *Opinião No Ar*, que é produzido e veiculado pela emissora *RedeTV!*. O vídeo em questão é intitulado *Amigue? Professora critica uso da linguagem neutra: “Desnecessário”*, e a sua capa pode ser vista na sequência discursiva 1:

SD1 – Vídeo sobre linguagem neutra no YouTube⁴



Antes de mais nada, também é importante lembrar que fazer análise de um discurso no digital, nos impõe algumas especificidades, pois nesse domínio, como explica Dias (2015), o trabalho com o funcionamento dos discursos precisa considerar as condições de produção da internet e a discursividade da rede de sentidos, “que não escapa à injunção do digital e dos modos de existência dos sujeitos e de produção dos sentidos na sociedade digital” (Dias, 2015, p. 980).

Na medida em que analisamos um vídeo que circula no YouTube, devemos explicar que tomamos essa rede como um espaço enunciativo informatizado, ou seja, como um espaço cuja circulação dos textos e dos discursos está afetada por algoritmos, o que nos demanda reconhecer o que é da *memória discursiva*, e também o que é da chamada *memória metálica* (Orlandi, 2015), como explicam Gallo e Silveira (2017).

³ Apesar de também considerarmos os enunciadores, inclusive para pensar e compreender as condições de produção do discurso.

⁴ Fonte: Captura de tela realizada pelo autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohShw-jV1wA>. Acesso em: 07 fev. 2024.



Além disso, consideramos, a partir de Gallo (2012), que com os espaços enunciativos informatizados, surge uma nova forma discursiva⁵, que é diferente do discurso da escrita, aquele relativo às instituições de poder, que possui critérios muito definidos de legitimação, mas que também é diferente do discurso de oralidade, aquele que cotidianamente vai se produzindo e se “apagando” sem se legitimar. A autora chama essa nova forma discursiva de escritorialidade, nomeação que materializa uma diluição das margens entre os discursos de escrita e de oralidade: nas redes, o dizer pode ser provisório, e ao mesmo tempo circular fervorosamente e, assim, se validar, ou ainda poderíamos dizer, ganhar um efeito de legitimidade.

Temos pensado, a partir do trabalho de Lagazzi (2011) e Adorno (2015), no YouTube como um espaço de imbricação⁶, na medida em que, nesse caso, por exemplo, ao mesmo tempo que ele comporta uma produção televisiva, ele impõe suas determinações, sua materialidade técnica (Pequeno, 2019), que passa a significar o conteúdo diferentemente. Quer dizer, no YouTube o vídeo possui outra duração, outra edição, ganha um título, uma imagem de capa, uma descrição etc. Ao mesmo tempo, podemos pensar que a própria produção televisiva já está afetada e determinada pelo funcionamento das redes, já que a TV não encerra mais em si própria a circulação de uma produção, e já a formulação passa a ser influenciada por essa outra forma de circulação (e vice-versa).

Como podemos perceber na figura 1, no próprio título do vídeo já há um direcionamento de sentidos: primeiro se apresenta a palavra *amigue*, seguida de um ponto de interrogação; depois que essa palavra é mostrada como um exemplo e como uma síntese do que seria a linguagem não-binária, se diz que esse uso é *desnecessário*, e quem diz isso, conforme o próprio título, é uma *professora*, ou seja, marca-se uma posição de autoridade para falar sobre o uso da língua. Essa exemplificação é dada pela professora em questão no início do vídeo, como pode ser lido na sequência discursiva 2. Na sequência discursiva 3, ela apresenta outros argumentos contra a linguagem não-binária:

⁵ Ao falar da escrita, a autora explica como entende essa noção de “forma discursiva”: O sentido de escrita tomado por Foucault, ultrapassa tanto o nível gráfico (considerando, inclusive, sua possível oralização) quanto o nível meramente textual de uma escrita, pois a escrita nessa dimensão tem maior abrangência, e constitui-se em um tipo discursivo, no qual muitos discursos se inscrevem, como o discurso literário, mas não só. Também o discurso jurídico, o discurso científico e muitos outros. Esse estatuto de forma discursiva que a escrita atinge decorre, para nós, analistas de discurso de linha materialista, de um longo processo histórico, social e ideológico, intimamente ligado à luta de classes” (Gallo, 2023, p. 85).

⁶ Essa questão pode ser melhor observada em Selhorst (2023), pesquisa na qual podemos observar mais detalhadamente o YouTube na relação com a escola. A partir desse trabalho, percebemos que ao mesmo tempo em que, no YouTube, o discurso pedagógico estava imbricado com o discurso publicitário, o dizer do YouTube era atravessado por um dizer da escola, mesmo que fosse para negá-lo (no caso dos vídeos de ensino de inglês, é uma formulação comum no YouTube “não diga x”, sendo que x equivaleria a um jeito comumente ensinado na escola. Em contrapartida, percebemos uma reivindicação de um formato de aula do YouTube para o espaço escolar (em comentários como “queria que a minha professora (da escola) fosse assim/ensinasse assim/explicasse assim” (como a do YouTube). A partir disso, podemos aqui pensar o YouTube na relação com a TV: um espaço que imbrica diferentes discursos, determina e é determinado por dizeres de diferentes espaços de enunciação.



SD2 – Explicação inicial sobre a linguagem não-binária

Apresentador: Bom, eu não consigo levar a sério essa história de língua não-binária, de que a língua é opressora, e daí vem aquela história de todes, amigos, íles...

Professora: É sinal de sanidade mental, né?

Apresentador: Que diabos é isso? De onde surgiu isso, meu Deus do céu?

Professora: Bem, a linguagem não-binária, também conhecida como dialeto não-binário. Ela foi uma linguagem criada obviamente pelos não-binários, e quem são os não-binários? São pessoas que não se identificam nem com o gênero feminino, nem com o gênero masculino. Então, ocorre aí uma tentativa de neutralização da palavra. Então, por exemplo, não seria amigo, nem amiga, mas amigue, né? Mas não faz muito sentido, por exemplo, por quê? Porque essa terminação com a letra e, se você pegar por exemplo a palavra pente, pente é masculino: o pente. Então esse dialeto não-binário não possui nenhum embasamento linguístico, científico e ele é um desrespeito à língua portuguesa, né?

SD3 – Linguagem não-binária e inclusão

Professora: [...] O que acontece no caso do dialeto não-binário é uma pseudo-inclusão, na medida em que uma maioria, aliás, eu vou até usar um pleonasmo aqui, uma grande maioria, uma maioria esmagadora fica de fora, porque, vejamos bem, o caso dos disléxicos, como um disléxico vai compreender, com toda a dificuldade que se tem na dislexia, vai compreender bem esse novo dialeto? Temos também a questão dos surdos. Os surdos, como que eles vão compreender na linguagem labial um todxs? Temos também a questão dos cegos, que precisam dos softwares de leitura, como que os cegos farão a leitura? O que eu quero dizer é: pessoas que já enfrentam tantas dificuldades, que já têm tantas limitações linguísticas no seu dia-a-dia, elas teriam de se adaptar a um novo modo de falar que beneficiaria apenas uma ínfima minoria, uma minoria, que ok, devemos respeitar essas pessoas, mas a vontade dessas pessoas não pode prevalecer em relação à língua portuguesa, em relação aos demais. Cria-se aí também, como que eu vou falar? Uma elite. Talvez uma elite progressista. Uma elite, e só essa elite vai compreender essa fala. A gente vive em um país em que as pessoas são semianalfabetas, a nossa educação vai de mal a pior. Então, me parece uma grande bobagem que a gente discuta isso, agora, exatamente agora.

A partir dessas duas sequências discursivas, podemos destacar a forma como a linguagem não-binária é nomeada como um dialeto, o chamado dialeto não-binário. Assim, a enunciadora se vale de sentidos de dialeto enquanto uma língua(gem) menor (e outra), enquanto uma linguagem corrompida, que desrespeita a língua portuguesa.

Tentando compreender sentidos em circulação, buscamos na internet por *dialeto*. O Dicio – Dicionário Online de Português (2024, online, grifos nossos)⁷, por exemplo, apresenta a seguinte definição: “Modo de falar **restrito** e próprio de uma comunidade linguística **menor**, pertencente a outra maior, inserida numa mesma língua. [...]”.

Já na Wikipédia (2024, online)⁸, embora *dialeto* seja descrito como “uma variante linguística constituída por características fonológicas, sintáticas, semânticas e morfológicas próprias”, no verbete correspondente ao termo, há uma seção chamada *Mitos sem fundamentos científicos*, na qual são apresentadas, conforme a própria Wikipédia, ideias sem fundamento, porém que são

⁷ Dicio – Dicionário Online de Português. Verbo “dialeto”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dialeto/>. Acesso em: 20 maio 2024.

⁸ Wikipédia. Verbo “dialeto”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dialeto>. Acesso em: 20 maio 2024.



comuns acerca desse significante. São algumas delas: “Um dialeto é uma **língua menor**. Um dialeto **não é uma língua**, é uma variedade de uma língua. [...] O português de Coimbra é a língua portuguesa e em Minas Gerais fala-se um dialeto ou **corruptela**” (Wikipédia, 2024, online, grifos nossos). Ou seja, os sentidos produzidos criam uma separação contraditória de dialeto para com a língua, tornando-o como algo “exterior-interior”, ou seja, exterior, mas ao mesmo tempo, de alguma forma, subordinado à língua. Ou ainda, como já dissemos, uma forma corrompida ou errada da língua (uma *corruptela*).

Segundo a enunciadora, essa linguagem, ou nas palavras dela, esse “dialeto”, beneficiaria apenas uma *ínfima minoria*. Quer dizer, ela não nega que existam pessoas não-binárias, mas nega o direito dessas pessoas de serem representadas na língua. Isso fala acerca de como a língua é tomada a partir dessa perspectiva: como a norma padrão. Ou seja, se trata de uma perspectiva muito reduzida acerca da língua – a língua em seu aspecto formal, virtual e abstrato, e não em sua concretude, atualizada, colocada em uso e ressignificada cotidianamente nas interações sociais.

Além disso, há uma confusão nessa afirmação, o que marca uma falta de conhecimento gramatical: a professora utiliza o exemplo da palavra “pente” como argumento contra o uso da vogal “e” como desinência indicadora de gênero neutro, como se essa terminação marcasse o gênero masculino na palavra, no entanto, o “e” em “pente” é uma vogal temática, não uma desinência nominal indicadora de gênero. Portanto, também não se trata de uma desinência indicadora de gênero masculino, como a professora faz parecer ao se referir à terminação da palavra.

Também devemos destacar que a forma como se faz uma oposição entre pessoas não-binárias e surdos, cegos e disléxicos. Ou seja, há um deslocamento de um domínio da linguagem e da política para um domínio da saúde, tanto pela oposição que se faz a essas pessoas citadas, quanto pela definição das pessoas que defendem a linguagem não-binária como pessoas com problema de “sanidade mental”. Assim, em um antagonismo construído no discurso, os não-binários são retratados como vilões cuja vontade prejudicaria um grande grupo de pessoas que já enfrenta muitas dificuldades.

Todos esses argumentos podem, evidentemente, ser questionados e postos por terra. No caso dos disléxicos, poderíamos pôr como um contraponto o fato de que diversas línguas possuem na sua norma padrão o gênero neutro e não parece haver fontes científicas (não encontramos e nem mesmo a enunciadora as apresenta) que apontem maiores dificuldades de leitura com relação ao gênero binário. Isto é, a leitura por si só não parece ter preconceito de gênero, tampouco os disléxicos, como a fala faz parecer.

No caso dos surdos, se produz um efeito de sentido de capacitismo supor que eles não têm



a capacidade de aprender palavras novas, como os não-surdos aprendem. Quer dizer, um efeito de sentido que se produz mesmo que o sujeito enunciador não se dê conta disso, como algo que fala no inconsciente e que submerge no fio do discurso, que escapa ao controle daquilo/naquilo que se diz. Parece haver um pensamento de que um surdo está pré-determinado a utilizar e reconhecer apenas certas palavras e não outras, como se eles também não estivessem em constante aprendizagem na medida em que entram em contato com outras formas de se expressar.

Já no caso dos cegos, o argumento pode ser compreendido como sendo ainda mais frágil, já que em tempos de inteligência artificial e tecnologia avançada, é risível supor que os softwares não seriam capazes de processar a linguagem não-binária.

Outra oposição feita pela professora diz respeito à linguagem não-binária e as pessoas semianalfabetas, como se essa fosse uma linguagem de uma elite, que prejudicaria ainda mais a educação no país. Sabemos que de fato nosso país possui diversos problemas educacionais, como o analfabetismo ou o semianalfabetismo. No entanto, esses problemas não são causados ou agravados pela linguagem não-binária (inclusive, são muito anteriores a essa linguagem). Podemos dizer que, pelo contrário, é a falta de respeito e de acolhimento às diferenças, ou seja, às pessoas que não se adequam aos padrões estabelecidos, que ocasionam um afastamento de muitos estudantes da educação e dificulta os processos de ensino e de aprendizagem, como a própria alfabetização. A linguagem não-binária é o oposto disso, pois visa justamente a inclusão de um grupo minoritário. Ou seja, trata-se de um olhar crítico, propositivo e inclusivo para com a língua e as pessoas.

Embora tenhamos feito essas observações, não é o que mais interessa discutir ou questionar esses enunciados do ponto de vista argumentativo ou estrategista do seu dizer. Fazemos esses destaques, porém, para mostrar que embora a enunciativa se apresente como professora, podemos questionar se ela de fato ocupa a posição-sujeito professora de português, ou seja, se ela ocupa uma posição de especialista no assunto, já que sem fontes científicas, os argumentos apresentados são todos de cunho moralista e capacitista.

Na ilusão da completude e jogando com um “efeito de legitimidade” conferido numericamente pela quantidade de seguidores, visualizações, curtidas, compartilhamentos etc., em tempos e espaços de *midiatização* (Gallo; Silveira, 2017), a professora, que é também uma “influenciadora digital”, não cita nem mesmo os nomes importantes da chamada norma-culta que defende. Isto é, o funcionamento das redes imbricado na produção televisiva, como mencionamos anteriormente.

Desse modo, mesmo que no discurso não se negue a existência das pessoas não-binárias, se



nega que essas pessoas sejam tratadas da forma como requerem, isto é, se defende uma exclusão.

A defesa dessa exclusão fica muito explícita no enunciado “*devemos respeitar essas pessoas, mas a vontade dessas pessoas não pode prevalecer em relação à língua portuguesa*”. Ou seja, devemos respeitar, **mas...** Esse “mas” marca muito bem a contradição constitutiva do dizer da professora, que denega o desrespeito ao mesmo tempo em que reforça, que ao mesmo tempo em que se diz defensora de certos grupos, os coloca em uma posição de inferioridade, que os opõe ao movimento vivo da língua, que os define como incapazes de compreenderem inovações na linguagem, que os rivaliza com um outro grupo como se no mundo “real” tudo fosse assim logicamente estabilizado, para usar as palavras de Pêcheux (2008).

Deste modo, sob o argumento de se tratar de uma ínfima minoria, se defende uma espécie de ditadura da maioria, regida pelo desrespeito, pela exclusão e pela defesa de uma marginalização que fica marcada, como dissemos, sobretudo pelo uso do significante *dialeto*. Ou seja, como algo exterior à língua, como uma coisa outra, uma variante outra, que não faz parte de uma pretensa verdadeira língua portuguesa, ou exterior à norma culta, como uma outra face de uma língua, uma face não-legitimada, ou marcadamente de um grupo minoritário.

3 Um efeito de fecho

Este artigo buscou analisar como se dá a produção de sentidos no discurso sobre a linguagem não-binária para, assim, compreender quais posições sustentam o discurso *contra* essa linguagem na relação com a educação. Percebemos que a linguagem não-binária é colocada em oposição a diversos grupos, o que produz sentidos de uma linguagem excludente, que causa problemas para pessoas surdas, cegas, disléxicas e semianalfabetas.

Essa oposição criada no discurso, no entanto, é consequência de diversos apagamentos. Por exemplo, sabemos que um *software* de leitura para pessoas cegas pode enfrentar problemas ao ler palavras que utilizam símbolos como @ e x no lugar de letras. No entanto, esses *softwares* foram desenvolvidos com base em uma norma que não considera a existência de pessoas não-binárias e, evidentemente, podem ser reformulados. No entanto, esse discurso prefere, em vez de defender uma adequação nessas tecnologias, defender a continuidade de um processo de exclusão (também devemos destacar que a linguagem neutra não pode ser reduzida a essas substituições de letras por símbolos).

O mesmo vale para a educação: cria-se um efeito de que as pessoas não podem aprender novas linguagens, pensar sobre as normatizações da língua, compreender mudanças e, ainda, que elas não são capazes de adaptar-se a novas formas de comunicação. Neste contexto, a linguagem



não-binária seria um problema. Além disso, esse discurso contra a linguagem não-binária erroneamente idealiza a língua, como se ela não pudesse comportar outras formas, ou como se uma forma excluísse a outra; e idealiza as pessoas binárias e não-binárias, como se também as pessoas semianalfabetas, surdas, cegas, disléxicas etc. não pudessem ser não-binárias, conviver com essas pessoas e se valer e beneficiar da inclusão que ela propicia.

Sabemos, a partir de Althusser (1996), como funcionam os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a escola, a igreja e a mídia. Da mesma forma, também sabemos como funciona o estado e a quem ele serve. Por isso, não é de se surpreender que professores ou jornalistas defendam interesses das classes dominantes.

Chamamos a atenção, no entanto, para como a enunciativa que se apresenta como professora, na sua tentativa de invalidação da linguagem não-binária, ao criar essa falsa dicotomia que citamos, entre a inclusão das pessoas não-binárias e a acessibilidade linguística para pessoas com alguma “deficiência” ou “problema de aprendizagem”, como pessoas surdas, cegas e disléxicas, desloca o assunto para um domínio da saúde, inclusive falando em “sanidade mental”. Porém, ao fazer isso, se tem como base um discurso moralista/moralizante (isso fica muito explícito quando ela fala que essa linguagem é um desrespeito à língua portuguesa, por exemplo).

Ou seja, o que conseguimos perceber nessa análise é que não é o discurso pedagógico ou acadêmico-científico que sustentam o discurso contra a linguagem não-binária, pois até os saberes gramaticais sobre gênero e o saberes pedagógicos e sócio-históricos sobre analfabetismo e semianalfabetismo são desprezados. Assim, percebemos que mesmo que alguém ocupe um lugar social de professora, não significa que ocupe também a posição-sujeito correspondente. Convém repetir: não devemos idealizar o discurso pedagógico ou acadêmico-científico, sobretudo por estarmos filiados a uma teoria materialista, mas esses discursos, seguem outros parâmetros, como citamos.

No entanto, como foi possível notar, há uma determinação da ordem da mediação, que como explicam Gallo e Silveira (2017), é a forma de “validação” que se impõe no/pelo digital. Portanto, a “legitimação” perde espaço: não mais fontes, estudos, evidências científicas, mas, como explica Gallo (2017), formulações que se façam **circular** em um funcionamento que instaure a controvérsia, que polemize, que crie uma polarização do tipo *contra* e *a favor*, que ao mesmo tempo silencie e inviabilize a contradição, mantendo a discussão no nível mais raso possível.



Referências bibliográficas

ADORNO, Guilherme. *Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GALLO, Solange Leda. Novas fronteiras para a autoria. *Organon*, Porto Alegre, n. 53, p. 53-64, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/download/35724/23306>. Acesso em: 07 fev. 2024.

GALLO, Solange Leda. Sobre a normatização vigilante dos discursos midiáticos. Simposio Internacional LAVITS: Vigilancia, Democracia y Privacidad en América Latina: Vulnerabilidades y resistências, 5., Santiago, 2017. *Anais...* Santiago: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2018/04/74-Solange-Leda-Gallo.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma-discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto (et al.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*, v. 3, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 25-52.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino; BRANCO, Luiza Kátia Andrade Castello (org.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: RG Editores, 2011.

LAU, Diego Héilton. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na Língua Portuguesa: a voz “del@s ou delxs”? Não! A voz “delus”! Simpósio Internacional de Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero, 2017. *Anais...* [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11. ed. Campinas: Pontes Editores 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *RUA*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 6–17, 2015. DOI: 10.20396/rua.v16i2.8638816. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816>. Acesso em: 7 ago. 2024.



PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SELHORST, Lucas Alves. *A língua inglesa entre a Escola e o YouTube: apagamentos, contradições, deslocamentos*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Palhoça, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/36800>. Acesso em: 07 fev. 2024.

